



## **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: distribuição e desempenho na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul**

## **National Program of the Strengthening of Family Agriculture: distribution and performance in the Fourth Italian immigration colony of Rio Grande do Sul**

Beatriz Scapin<sup>1</sup>  
Alessandra Troian<sup>2</sup>  
Edenilson Tafernaberry Lencina Machado<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), além de ser uma política de crédito com condições específicas para a agricultura familiar, é considerado um marco no reconhecimento da categoria social. Ao longo dos mais de vinte anos de existência, o programa encontra-se em todas as regiões do país, estando presente praticamente em todos os municípios. Neste sentido, reconhecendo a importância do programa para o fomento da agricultura familiar, o estudo objetiva analisar a distribuição dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana-RS, no período de 1999 a 2018. Especificamente, buscou-se: a) apresentar o volume de recursos acessados pelos agricultores familiares; e b) verificar se os agricultores têm acessado os recursos para custeio ou investimento. O estudo foi realizado a partir do método indutivo, por meio da pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários obtidos via site oficial do Banco Central do Brasil. Como principais resultados apontam-se a concentração de recursos nos municípios de Nova Palma, Restinga Sêca e Agudo, municípios que apresentam o maior número de agricultores familiares. Destacam-se, ainda os municípios de Silveira Martins e São João do Polêsine, sendo os que menos acessaram os recursos disponibilizados Pronaf. Além disso, a maior parte do crédito acessado pelos agricultores familiares da região está sendo usado para custeio, seguindo um comportamento semelhante quando comparado a nível nacional.

**Palavras-chave:** Política Pública; Crédito Rural; Custeio; Investimento; Desenvolvimento.

### **ABSTRACT**

<sup>1</sup> Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (PPGA/Unipampa), graduada em Administração, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR). E-mail: [beatrizscapin60@gmail.com](mailto:beatrizscapin60@gmail.com).  
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-3321-6815>

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural, professora adjunta na Universidade Federal do Pampa, no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/Unipampa). E-mail: [alessandratroian@unipampa.edu.br](mailto:alessandratroian@unipampa.edu.br).  
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-8207-6436>

<sup>3</sup>Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: [edenilsonlencina@hotmail.com](mailto:edenilsonlencina@hotmail.com)  
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-4236-2232>

The National Program to Strengthen Family Farming (Pronaf), besides being a credit policy with specific conditions for family farming, is considered a milestone in the recognition of the social category. The program has been in existence for over twenty years in all regions of the country and is present in practically all municipalities. In this sense, recognizing the importance of the program for the promotion of family agriculture, the study aims to analyze the distribution of resources of the National Program to Strengthen Family Agriculture in the Region of the Fourth Italian Immigration Colony -RS, from 1999 to 2018. Specifically, it sought to: a) present the volume of resources accessed by family farmers; and b) verify whether farmers have accessed the resources for funding or investment. The study was carried out using the inductive method, through bibliographic research and analysis of secondary data obtained through the official site of the Central Bank of Brazil. The main results indicate the concentration of resources in the municipalities of Nova Palma, Restinga Sêca and Agudo, municipalities with the highest number of family farmers. Silveira Martins and São João do Polêsine also stand out, being the municipalities with the least access to Pronaf resources. In addition, most of the credit accessed by family farmers in the region is being used for funding, following a similar behavior when compared to the national level.

**Key words:** Public policy; Rural credit; Costing; Investment; Development.

**JEL:**O18, O29, R12

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha um importante papel no contexto nacional. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros podem ser enquadrados como de agricultura familiar (IBGE, 2019). A atividade contribui de forma significativa para a geração de emprego, renda e diminuição do êxodo rural. Também, segundo o Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar- ABAF (2019), mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros são oriundos da agricultura familiar.

No entanto, a categoria social é dependente do Estado, principalmente, quando se trata de políticas públicas para impulsionar o seu desenvolvimento. Dessa forma, quando se trata de política de crédito rural para a agricultura familiar lembra-se que até 1994 não existia crédito específico e diferenciado para a categoria social, com isso, os agricultores familiares tinham que disputar crédito com os grandes produtores (BUAINAIN, 2007). Nesse contexto, após movimentos sociais, surge em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tendo como objetivo fomentar e desenvolver a agricultura familiar, financiando projetos tanto individuais quanto coletivos, visando a geração de renda e o emprego da mão de obra familiar (GUANZIROLI, 2007).

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi um marco na esfera das políticas públicas para o meio rural (AQUINO; SCHNEIDER, 2010). Durante a sua trajetória o programa se tornou um relevante instrumento para o fomento da agricultura familiar. Segundo os autores uma prova disso foi o aumento tanto dos recursos distribuídos, como também do número de beneficiários atendidos.

Além disso, após sua criação, o programa, se disseminou rapidamente por todas as regiões brasileiras, espalhando-se por praticamente todos os municípios do país (MATTEI, 2015). Tendo em vista isso, o presente estudo tem como recorte espacial a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, localizada na região central do Rio Grande do Sul, que é formada por nove municípios, sendo eles, a saber:

Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins, onde existe grande concentração de agricultores familiares. Nessa região, a concentração de estabelecimentos de agricultura familiar explica-se por dois fatores: a) questões históricas de formação do território onde os lotes rurais foram sendo divididos entre os herdeiros dos imigrantes (PAZUCH, 2019) e; b) o relevo marcado por elevados declives (MANFIO; PIEROZON, 2017), na maioria dos casos, de difícil produção.

Com relação a exploração agrícola, a região é composta por áreas com distintas aptidões. Nas regiões mais planas tem-se o predomínio da agricultura e da pecuária. Já, nas áreas com relevos mais “dobrados”, predomina a agricultura familiar, com um leque variado de sistemas de produção (GUIMARAES, 2011). Assim, tendo em vista a forte presença da agricultura familiar na região e a importância do Pronaf para o fomento da categoria social, tem-se a seguinte problemática: como tem se dado a distribuição dos recursos de custeio e investimento, nos municípios que compõem a Quarta Colônia de Imigração Italiana, localizada na Região central do estado do Rio Grande do Sul?

Dessa maneira, o presente estudo visa analisar a distribuição e a importância dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, no período de 1999 a 2018. Especificamente, tem-se os seguintes objetivos: a) apresentar o volume de recursos acessados pelos agricultores familiares na região em estudo; e b) identificar o número e o valor dos contratos firmados; c) verificar se os agricultores têm acessado os recursos para custeio ou investimento.

A pesquisa se justifica pela representatividade da agricultura familiar na região. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 90,04% dos estabelecimentos da Quarta Colônia se caracterizam como agricultura familiar (IBGE, 2019). Ainda se destaca que dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, 45,85% dos produtores possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A maioria dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar presentes na região possui área de 20 a 50 hectares, com predomínio das lavouras temporárias. A produção das lavouras temporárias, além de proporcionar alimentos e renda aos agricultores, abastece o mercado local e regional. Dentre as principais culturas destaca-se a produção de feijão preto, arroz, milho, soja, trigo, fumo e as criações de bovino de corte e leite. Os cultivos, na sua grande maioria, são dependentes de crédito.

Para tanto, visando responder o objetivo proposto, o estudo foi realizado a partir do método indutivo, por meio da pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários. O artigo está dividido em cinco seções, iniciando com esta breve introdução, apresentando a problemática, o objetivo e a justificativa. A segunda seção trata sobre o crédito rural no Brasil e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A terceira seção apresenta a metodologia e na quarta, apresenta-se a análise e a discussão dos resultados. Por fim, na quinta seção aponta as considerações finais.

## **POLÍTICA PÚBLICA DE CRÉDITO RURAL PARA A AGRICULTURA**

O Brasil é um país propício para o desenvolvimento do setor rural, além de possuir grande extensão territorial, tem clima favorável para as atividades agropecuárias. Porém, o setor é historicamente dependente do Estado, principalmente quando se trata de incentivos financeiros para produzir, investir e

modernizar as propriedades rurais, em especial as propriedades menores e menos tecnificadas (CASTRO, 2017).

Nesse sentido, de acordo com Barros (2010), os primeiros incentivos para a agricultura começaram na década de 1960, com a institucionalização da política de crédito rural. Ainda conforme o mesmo autor, os instrumentos da política agrícola, estavam focados na modernização e no aumento da produtividade, impulsionando o mercado de produtos, fatores de produção e insumos.

Decorrente disso, em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), possibilitando o financiamento da produção agrícola e transformando o setor rural. Ademais, a disponibilização de crédito tinha como objetivo financiar o capital de giro para aplicar na produção e comercialização, além de fomentar a adoção de tecnologias modernas (MIELITZ; MELO; MAIA, 2010).

O SNCR foi um marco na história do país, sendo uma política eficaz destinada unicamente para o setor rural, tendo como objetivo promover condições propícias para e expansão do desenvolvimento agrícola do país. Com isso, rapidamente a base técnica de produção se modificou através da modernização, maquinários, insumos, tecnologia, transformando a produção artesanal e a maneira de produzir, com viés para propriedades maiores e culturas com maior inserção no mercado (COELHO, 2001).

Os recursos aplicados no crédito rural entre os anos de 1970 e 1980 foram crescentes. De acordo com Bianchini (2015), a política não excluía nenhum segmento, tanto produtores consolidados, quanto pequenos produtores poderiam acessar o crédito. Porém, de acordo com o autor, a política priorizava alguns segmentos específicos, principalmente produtos voltados para exportação, produtores de *commodities* e os ligados a complexos agroindustriais.

O modelo de agricultura dos anos 1970 entrou em crise em resposta às mudanças nas políticas internacionais e a crise geral da economia brasileira, nos anos de 1980. Conseqüentemente, a maior parte dos pequenos agricultores, que não participavam dos anos dourados do crescimento econômico do país, viu a situação piorar nos anos 1980. O crédito reduziu e passou a ser ainda mais seletivo, favorecendo principalmente produtores integrados ao mercado, ou seja, produtores mais consolidados (BIACHINI, 2015).

Em decorrência disso, formaram-se grupos de interesse, e a partir da pressão dos movimentos sociais que lutavam por uma proposta de crédito subsidiado, que atendesse e contemplasse as diversidades da agricultura familiar. Em 1994, depois das pressões do “I Grito da Terra Brasil”, o governo de Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), como resposta as reivindicações.

O PROVAP foi uma resposta do governo aos agricultores familiares que reivindicavam as regras vigentes na época que os consideravam como “pequenos produtores”, “produtores de baixa renda”, sendo submetidos às mesmas exigências que os grandes produtores para terem acesso ao crédito. Os resultados foram modestos em relação ao fortalecimento e distribuição de crédito (obtido junto ao BNDS), aos agricultores familiares, mas mesmo assim o programa teve sua importância por permitir a diferenciação dos créditos por categoria de agricultores (MATTEI, 2005).

Dessa maneira, após algumas reformulações no PROVAP, em 1996, o programa deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (MATTEI, 2005). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado em período em que o agricultor familiar se via em duas condições

que não lhe favorecia, era obrigado a disputar crédito com os grandes produtores e, para desenvolver suas atividades agropecuárias, estava totalmente dependente das instituições financeiras para obter crédito rural que era voltado aos grandes produtores (GUANZIROLI, 2007).

Nesse contexto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, surge como uma resposta do Estado tendo como principal finalidade fornecer crédito agrícola e auxílio institucional aos agricultores familiares (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). Ao longo de mais de vinte anos de atuação do programa, muitos resultados podem ser vistos, desde o montante de recursos distribuídos, as linhas de crédito mais acessadas pelos agricultores, o público alvo, as contribuições, até os desafios e entraves enfrentados pelo programa. Diante disso, a próxima seção discorre acerca do histórico do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e alguns resultados ao longo de sua existência.

### **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado como resposta às reivindicações de movimentos sociais, que apontavam a necessidade de formulação e implementação de políticas específicas para os agricultores familiares. Até então as políticas públicas que existiam para a agricultura priorizavam os setores mais capitalizados e voltados para o mercado internacional, onde os pequenos produtores disputavam crédito com os grandes produtores (MATTEI, 2005).

O programa foi instituído no ano de 1996, por meio do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, tendo como finalidade promover o desenvolvimento rural, proporcionando para agricultura familiar uma estrutura específica de fomento para essa classe social (SCHULTZ; AHLERT, 2016). Um ponto importante da criação desta política pública é que, segundo Mattei (2006), ela representa a legitimação, por parte do Estado, dos agricultores familiares, antes vistos como estando à margem do desenvolvimento e do acesso as políticas agrícolas, passando assim, a serem vistos como uma categoria social.

Nesse sentido, os beneficiários do programa, de acordo com o Manual do Crédito Rural- MCR (2019) são os agricultores familiares que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa. Podendo ser produtores rurais familiares (proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e assentados), pescadores, aquicultores, extrativistas, silvicultores, quilombolas, desde que cumpram com alguns requisitos, como ter renda bruta anual de até R\$ 415 mil, mão de obra familiar, residir no estabelecimento ou local próximo e a propriedade ter até quatro módulos fiscais (MCR, 2019).

Os recursos disponibilizados aos agricultores familiares são organizados em duas linhas de créditos, custeio e investimento (BIANCHINI, 2015) os quais são apresentados no Quadro 1:

Quadro 1: Linhas de crédito do Pronaf

Custeio	Investimento
Financia atividades agrícolas e pecuárias com a finalidade de cobrir as despesas gerais dos ciclos produtivos.	Financia investimentos voltados à estrutura da produção e com foco no aumento da produtividade e rentabilidade da família
Financia despesas normais de tais como: sementes, fertilizantes, defensivos, medicamentos, vacinas etc.	Financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção dos empreendimentos rurais, tais como máquinas, equipamentos, construções, reformas etc.

Fonte: Elaborado pelos autores baseado no Manual do Crédito Rural (2019).

Na linha de crédito custeio, os créditos são destinados para financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias, financiando atividades agrícolas e pecuárias, tendo como finalidade cobrir as despesas gerais dos ciclos produtivos. Por sua vez, o crédito para investimento é destinado para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, visando o aumento da produtividade e rentabilidade da família, ou seja, voltados à estrutura (MCR, 2019).

Além das linhas de crédito, para melhor atender as especificidades do público alvo, o programa, está dividido em diversos subprogramas, com taxas de juros e prazos de pagamento diferenciados, buscando atender as especificidades dos beneficiários. Os subprogramas são: Pronaf Custeio; Pronaf Mais Alimento; Pronaf Agroindústria; Pronaf Floresta; Pronaf Semiárido; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf Cotas-Parte; Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar e; Pronaf Agroecologia (MCR, 2019).

Apesar dos avanços, das alterações realizadas visando abranger a diversidade de agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ainda não atende todo o conjunto diverso e heterogêneo de agricultores familiares (BIANCHINI, 2015). Sendo assim, é preciso que o programa seja ampliado, criando novas linhas e formatos de financiamento, para abranger os agricultores que ainda não se enquadram nos requisitos estabelecidos pelo programa.

Além disso, ao longo de mais de vinte anos de atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, muitos resultados podem ser apontados. O programa, reconhecido por fomentar a agricultura familiar, ao longo de sua existência vem apresentando resultados positivos, quando se trata da expansão dos recursos por todo país e do aumento do volume de recursos ofertados pelo programa (MATTEI, 2015). Também, identifica-se que com o passar do tempo o programa conseguiu ampliar o público alvo e sintonizar com a diversidade da agricultura brasileira (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Por outro lado, verifica-se algumas falhas operacionais, como concentração de recursos na região sul do país, além de privilegiar agricultores familiares mais consolidados (MATTEI, 2015). Neste sentido, Aquino e Schneider (2015), apontam que os agricultores de renda mais baixa enfrentam diversos obstáculos burocráticos que dificultam o acesso ao Pronaf, o que conseqüentemente acaba favorecendo os agricultores mais capitalizados.

Quanto à distribuição dos recursos disponibilizado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ao longo de sua trajetória, de acordo com estudo de Troian e Machado (2020), analisando entre os anos de 1999 a 2017, há desigualdade e concentração dos valores disponibilizados pelo programa. Segundo os autores, os recursos ficaram concentrados na região sul entre os anos de 1999 a

2002, passando a ser melhor distribuído entre as outras regiões do país entre os anos de 2003 a 2006, porém a partir de 2007 o crédito volta a se concentrar na região sul. Isto pode ser explicado pelo fato do programa estar incentivando a agricultura moderna, onde a grande maioria dos produtores que acessam o recurso são produtores de *commodities*.

Ainda, de acordo com os autores, de 1999 até 2006 a maior parte dos contratos eram destinados ao custeio. No ano de 2006 houve uma aproximação da quantidade de contratos de custeio e investimento. Já no ano de 2007, os contratos de investimento aumentaram significativamente, o que fez com que ultrapassassem a linha de custeio no ano de 2009, permanecendo até 2014 (TROIAN; MACHADO, 2020). O crescimento do crédito de investimento pode ser explicado pela política adotada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para enfrentar a crise macroeconômica de 2008, a política tinha a intenção de incentivar o crescimento da demanda doméstica através da expansão da oferta de alimentos básicos (MATTEI, 2014). Além disso, de acordo com o autor, o aumento dos contratos de investimento pode ser justificado pelas melhores condições de oferta do crédito de investimento, no que se refere aos custos financeiros, bem como das condições de pagamento.

Em se tratando da distribuição do crédito em outras regiões do país, nota-se que a região nordeste, que concentra o maior número de agricultores familiares, recebe valores inferiores quando comparada a região sul do país. Em estudo realizado por Oliveira et al. (2015), que analisaram a distribuição dos recursos do Pronaf na Bahia no período de 2003 a 2012, verificou-se que a região nordeste é a que apresenta maior número de contratos, o que significa que o valor médio dos contratos é bem menor, do que quando comparado como valor médio dos contratos das regiões sul e sudeste (OLIVEIRA et al., 2015).

Diante disso, tendo em vista que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar apresenta comportamento diferente entre as regiões do país, e que está presente em praticamente todos os municípios brasileiros, o presente estudo tem como propósito analisar a distribuição e importância dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, no período de 1999 a 2018. Para tanto, a próxima seção, apresenta a metodologia adotada no estudo.

## **METODOLOGIA**

O estudo pode ser caracterizado como de método indutivo. De acordo com Gil (2008, p.10), o método indutivo “parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares”. Ou seja, parte do particular para chegar ao geral.

No que se refere às técnicas de pesquisa, foram utilizadas a revisão bibliográfica, abordando sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a análise de dados secundários. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (2011) consiste no estudo de bibliografias existentes sobre um determinado tema. No estudo pesquisou-se sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em livros e revistas científicas da área.

Os dados secundários, segundo Malhotra (2001), são aqueles que já foram coletados, ordenados e publicados com outra finalidade, e estão à disposição dos interessados. Neste estudo foram coletados dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, que correspondendo o período de 1999 a 2018. Os dados estão

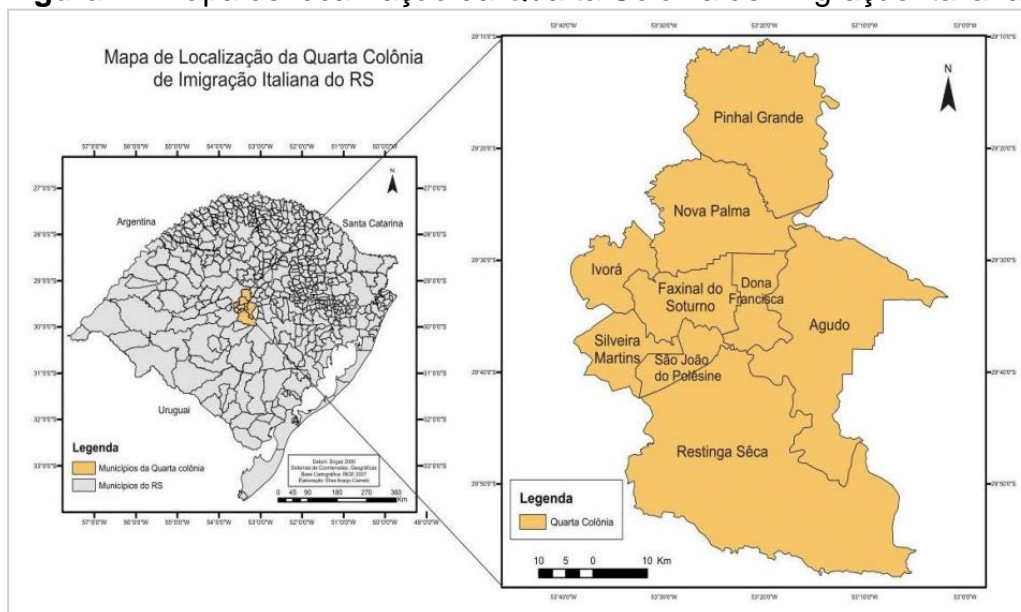
disponíveis em duas plataformas distintas, os dados correspondentes ao período de 1999 a 2012, foram solicitados ao Banco Central do Brasil, através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, já os de 2013 a 2018 estão disponíveis na Matriz de Dados do Crédito Rural.

Para a análise dos dados e obtenção de resultados foi realizada a correção monetária dos valores através do corretor de valores do Banco Central do Brasil, utilizando-se do Índice Geral de Preços- Disponibilidade Interna (IGP-DI)<sup>4</sup> – base janeiro de 2020. Além disso, para melhor visualização e compreensão os resultados foram apresentados de forma gráfica.

### Caracterização do espaço empírico: a Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (RS)

A Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, localizada na Região Central do estado do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul, foi colonizada em 1877, recebe este nome por ser o quarto núcleo formado no estado para a colonização dos imigrantes italianos, estes vindos do Norte da Itália. Os imigrantes almejavam uma vida melhor, visto que em seu país de origem estavam enfrentando uma crise agrícola e urbana (MANFIO; BENADUCE, 2017). Além disso, os imigrantes tinham como um dos principais objetivos serem proprietários de um lote de terra (PAZUCH, 2019). A Figura 1, a seguir, mostra a localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana e a distribuição dos municípios que formam a região.

**Figura 1** - Mapa de localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS



Fonte: Figueiredo (2014, p. 163).

A sede do núcleo foi Silveira Martins, no entanto, com a constante chegada de italianos na região, foi surgindo a necessidade de novos lotes de terras, resultando na

<sup>4</sup>O índice é calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, e foi instituído em 1944, tendo como objetivo medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira. Resumidamente, é uma medida aritmética ponderada dos índices: Índice de Preços no Atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional da Construção Civil (INCC). O DI ou Disponibilidade Interna é a consideração das variações de preços que afetam diretamente as atividades econômicas localizadas no território brasileiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).



formação de vários núcleos interioranos (MANFIO, 2012). Esses núcleos deram origem a atual Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana que é formada pelos municípios a saber: Silveira Martins, Nova Palma, Ivorá, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e Pinhal Grande. Por questões políticas, além destes municípios, fazem parte da Região Restinga Seca (colonização portuguesa) e Agudo (colonização alemã), (PICCIN, 2009).

Tendo em vista que os imigrantes recebiam um lote de terra, a agricultura familiar acabou se tornando a base da economia destas famílias. Todos os membros da família se envolviam nas atividades dentro do lote, desde as derrubadas de mata, preparação do solo, plantios, colheita, até a criação de animais para subsistência e o comércio (PAZUCH, 2019). Atualmente, a produção agrícola continua sendo a base da economia da região, determinada pelas atividades familiares que ainda carregam os traços coloniais que lhe deram origem (FERNANDES; FELIN; MARCHESAN, 2012).

Referente a caracterização socioeconômica da Região em estudo, segundo os dados do último Censo Populacional realizado pelo IBGE, a Quarta Colônia de Imigração Italiana possui uma população de 60.697 habitantes, distribuídas nos nove municípios. Sendo que, do total de habitantes, 30.377 moram no meio rural, representando cerca de 50,05% da população. Quanto aos municípios com maior população, destaca-se Agudo, com 16.722 habitantes, e Restinga Sêca que tem 15.849. Já, os municípios com menos habitantes são, Ivorá, que possui 2.156 habitantes e Silveira Martins que tem uma população de 2.384 habitantes (IBGE, 2010).

A população rural se destaca nos municípios de Ivorá, Agudo, Pinhal Grande, Silveira Martins e Nova Palma, representando, respectivamente, 67,30%, 58,80%, 57,61%, 55,45% e 51,39% do total de habitantes. Por outro lado, o predomínio da população urbana pode ser visto nos municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Restinga Sêca e São João do Polêsine, representando, respectivamente, 63,10%, 62,57%, 56,67%, e 52,39%, do total de habitantes (IBGE, 2010).

Quando se trata das atividades econômicas, os municípios que apresentam maior PIB *per capita* são Pinhal Grande e Nova Palma, com R\$ 108 mil e R\$ 42,1 mil, respectivamente. De outro lado, Ivorá apresenta o menor PIB per capita, R\$ 19,6 mil, seguido de Dona Francisca, R\$ 21,8 mil. Além disso, quando se trata do PIB por setor no município de Ivorá o setor da agropecuária é mais representativo, totalizando 37,50% do total do PIB, no município de Pinhal Grande destaca-se o setor de indústria que representa 69,18% do PIB total, e no município de Silveira Martins o setor de Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social, representando 36,06% do total do PIB. Já, nos outros municípios que compõem o território da Quarta Colônia de Imigração Italiana o setor de maior contribuição para o PIB é o setor de serviços (IBGE, 2017).

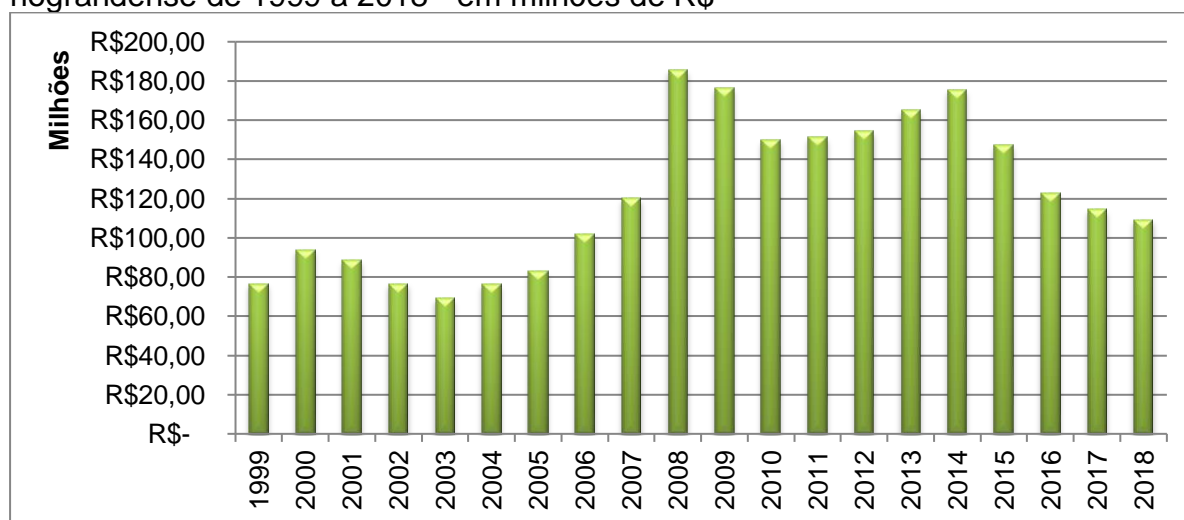
De acordo com Guimarães (2011), na constituição do PIB dos municípios, medido pelos setores agrícola, industrial e de serviços, visualiza-se a relevância de prestação de serviços, visto que, a maioria dos empregos se concentra nas prefeituras e nas cooperativas agropecuárias (GUIMARAES, 2011). Ainda, de acordo com a autora, a expressividade do setor de serviços se dá devido à presença de cooperativas como a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma – CAMNPAL, e a Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos - COTRIJUC, o que conseqüentemente devido a exercerem atividades como o beneficiamento de matérias primas de origem animal e vegetal, eleva o PIB industrial.

## O PRONAF NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS: Desempenho e atuação

A presente seção tem como propósito apresentar os principais resultados obtidos no estudo, tendo em vista analisar a distribuição dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, no período de 1999 a 2018. Inicialmente é exposta a evolução (valor total, número de contratos e valor médio das operações) dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar distribuídos na Quarta Colônia de Imigração Italiana, referente ao período de análise. Posteriormente, são apresentadas as linhas de crédito acessadas pelos agricultores familiares da região e a distribuição dos recursos entre os municípios.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar se consolidou como a principal política pública de apoio aos agricultores familiares, destacando-se resultados positivos tanto em termos produtivos, como também em termos sociais, principalmente quando se trata do reconhecimento por parte do Estado brasileiro à agricultura familiar (MATTEI, 2015). Desde a criação do programa diversos resultados positivos podem ser vistos, como a ampliação do número de beneficiários e o aumento do montante de recursos financeiros disponibilizados (AQUINO; SCHNEIDER, 2010). Quando se trata da Quarta Colônia de Imigração Italiana, os resultados não foram diferentes, observa-se no Gráfico 1 que no decorrer do período em análise houve aumento nos recursos distribuídos pelo programa.

**Gráfico 1** - Valor total repassado pelo Pronaf\* na Região da Quarta Colônia riograndense de 1999 a 2018 - em milhões de R\$



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Central do Brasil (2019).

\*Valores corrigidos pelo IGP-DI para janeiro de 2020.

Como pode-se observar no Gráfico 1, os valores distribuídos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, existem oscilações quanto ao total de recursos distribuídos, ao longo do período em estudo. No primeiro ano de análise foram distribuídos na região o equivalente a R\$76,6 milhões, aumentando o volume de recursos no ano seguinte. No entanto, visualiza-se uma leve redução no crédito nos anos de 2001 a 2002.

Após o ano de 2003 é visível o aumento dos valores liberados pelo programa. O aumento pode ser justificado pela política adotada pelo Presidente Luiz Inácio Lula

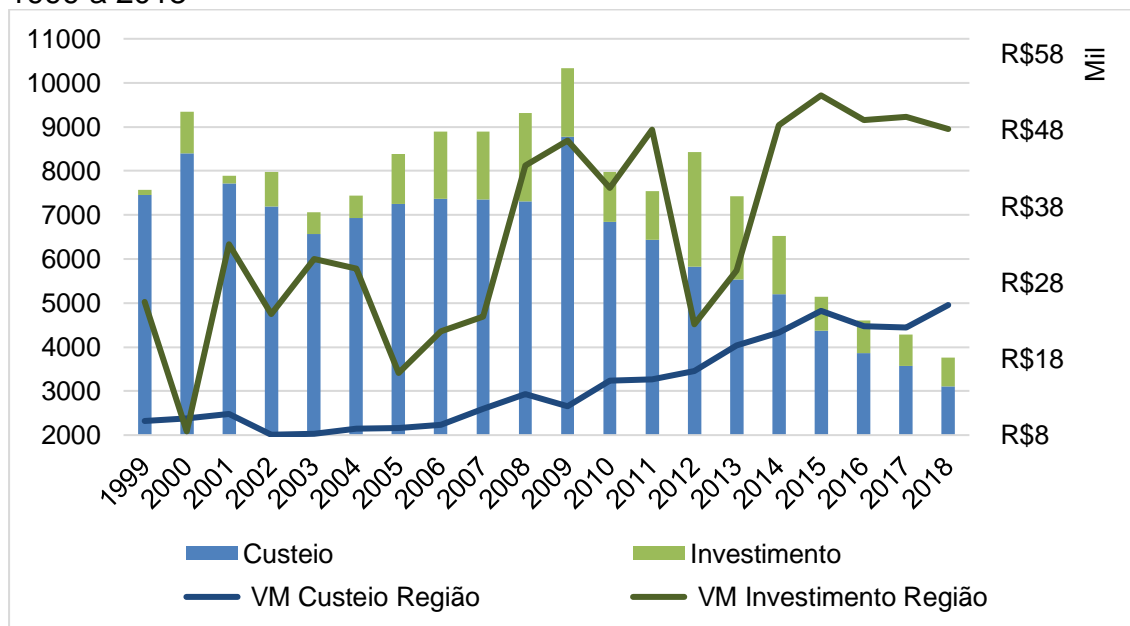
da Silva, em que a partir do ano de 2003 estabeleceu apoio a agricultura familiar, evidenciando que o setor era uma de suas prioridades para promover o desenvolvimento rural do país, além disso, pode-se apontar que houve inclusão de novos agricultores como beneficiários do programa (MATTEI, 2015).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no ano de 2008 chegou a conceder R\$ 185,5 milhões de reais, o máximo distribuído aos agricultores familiares da Quarta Colônia de Imigração Italiana, em todo o período de análise. O aumento pode estar relacionado com a inclusão de novos beneficiários, pois na safra 2007/2008, houve mudanças quanto a classificação dos agricultores, ocorreu a fusão dos Grupos C, D e E, passando a abranger os agricultores familiares mais consolidados e capitalizados, sendo denominado de Grupo Variável, ou Grupo V (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

O período mais expressivo do Pronaf quando se trata do montante de crédito concedido aos agricultores familiares da região foi entre 2008 a 2014. Entretanto, após esse período verifica-se a redução nos valores disponibilizados pelo programa fazendo com que entre os anos de 2015 a 2018 registrassem perdas consecutivas de recursos disponibilizados.

A queda pode ter sido a sinalização da crise que viria se instaurar no Brasil. De acordo com Del Grossi (2019) e Araújo e Vieira Filho (2018) o país ingressou numa crise econômica, seguida de desestabilização política, o que resultou no *impeachment* da então Presidente, Dilma Rousseff. No governo seguinte, o Presidente da República Michel Temer, iniciou uma série de ações voltadas à reorientação política, caracterizada pelo corte dos gastos públicos e medidas restritivas que impactaram negativamente no desempenho de programas e políticas públicas. No que se refere aos contratos, o Gráfico 2, abaixo, mostra a quantidade firmada nas linhas de crédito custeio e investimento na Região da Quarta Colônia ao longo de 1999 a 2018.

**Gráfico 2 – Número de contratos firmados pelo Pronaf\* e valor médio das operações custeio e investimento na Região da Quarta Colônia riograndense de 1999 a 2018**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Central do Brasil (2019).

\*Valores corrigidos pelo IGP-DI para janeiro de 2020.

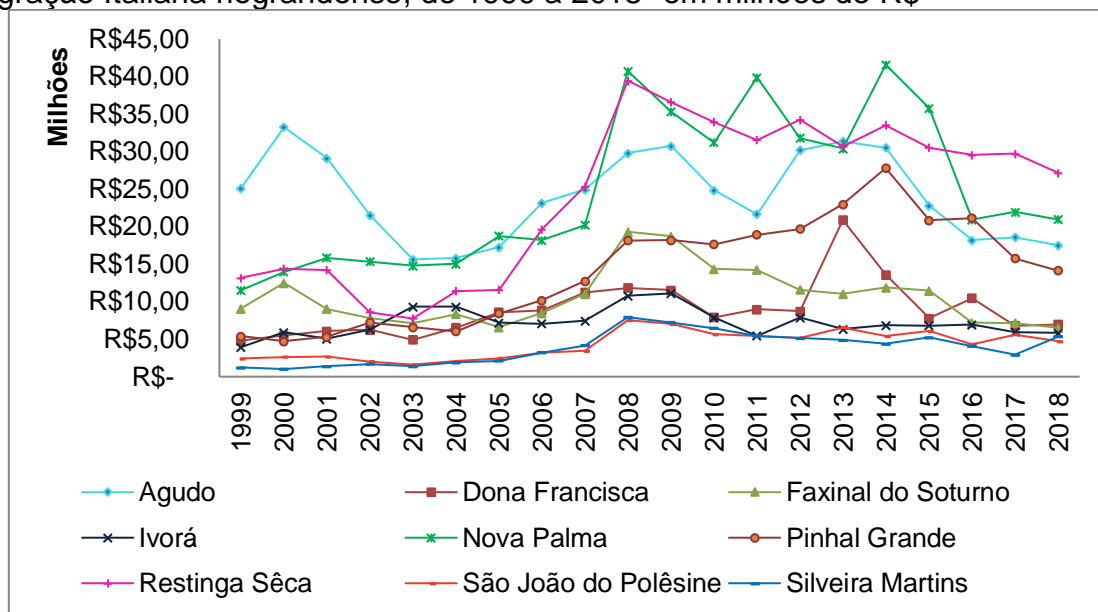
De acordo com o Gráfico 2 há variações tanto na quantidade de contratos firmados quanto no valor médio das operações ao longo do período em análise. Nos anos iniciais, entre 1999 a 2003, constata-se que a quantidade de contratos oscila ano após ano registrando média de 7,9 mil contratos/ano, em sua maioria voltados para o custeio. A partir do ano de 2004, inicia um período de crescimento ascendente na quantidade de contratos firmados, chegando ao ápice em 2009 com 10,3 mil contratos. Esse crescimento foi resultado das políticas de incentivo do governo em promover o desenvolvimento rural a partir do alinhamento e expansão Pronaf (MATTEI, 2015; AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Em 2010 e 2011 o programa passa a firmar uma quantidade menor de contratos, registrando uma diminuição de 22,81% e 5,57%, respectivamente. Em 2012, a quantidade de contratos firmados na Região da Quarta Colônia volta a crescer registrando um número 8,4 mil, sendo 69% voltados para o custeio e 31% voltados para o investimento, maior participação percentual dos contratos direcionados para a respectiva linha. A partir de 2013 o programa passa a sofrer uma redução sistemática no número de contratos e chegou ao patamar 3,7 mil em 2018, uma redução equivalente a 55,41%.

No que se refere ao valor médio dos contratos na Região da Quarta Colônia percebe-se, a partir do Gráfico 2, que os mesmos divergem ao longo do período de análise. O valor médio dos contratos voltados para o custeio cresce, principalmente a partir de 2007, com poucas variações chegando ao pico de R\$ 25 mil em 2018. Já o valor médio dos contratos voltados para investimento é totalmente variável, com oscilações, no entanto, nos anos finais do período em análise o valor médio aumenta mantendo-se elevado enquanto o número de contratos diminui.

Conforme apontado anteriormente, a redução tanto no volume de crédito como na quantidade de contratos e a elevação do valor médio das operações pode estar relacionada a situação política e econômica em que o país vivenciava nos últimos anos do período de análise. Ainda, de acordo com Toledo e Zonin (2020), no que se refere especificamente aos contratos, por mais que exista uma quantidade expressiva de agricultores familiares tomadores de crédito, os mesmos vêm sendo recusados por não apresentarem “garantias reais” que os habilitem a acessar os recursos. No mesmo sentido, Wesz Junior (2020) reforça que a produção de *commodities* vem fortalecendo a seletividade do programa, principalmente, em um contexto socioeconômico de maior vulnerabilidade e de enfraquecimento de outras políticas públicas para agricultura familiar. Portanto, pode-se dizer que a seletividade bancária permanece sendo um entrave do Pronaf, que, em hipótese, se intensifica no período de crise e se fortalece com os produtores de *commodities* fazendo com que diversos agricultores não sejam abarcados com os recursos do programa.

O Gráfico 3, abaixo, mostra a distribuição do crédito do PRONAF entre os municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana no período de 1999 a 2018. No referido gráfico fica aparente que o acesso ao crédito pelos agricultores familiares varia entre os municípios da região. Enquanto, em determinados anos, municípios apresentam quedas bruscas em relação ao valor de recursos acessados, outros municípios no mesmo período apresentam aumentos significativos.

**Gráfico 3 - Distribuição dos recursos do Pronaf, nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana riograndense, de 1999 a 2018- em milhões de R\$**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Central do Brasil (2019).

\*Valores corrigidos pelo IGP-DI para janeiro de 2020.

No primeiro ano de análise, 1999, destaca-se o município de Agudo como maior tomador de crédito. O município acessou o valor de R\$ 25,1 milhões, o que representa aproximadamente 33% do total de recursos distribuídos na região naquele ano. Seguido de Restinga Sêca e Nova Palma, que acessaram, respectivamente, R\$ 13,1 milhões e R\$ 11,5 milhões. O município de Agudo permanece como maior tomador de crédito até o ano de 2004, no ano seguinte é ultrapassado por Nova Palma. Ficando dessa maneira como segundo maior tomador de crédito até ser ultrapassado, no ano de 2006, por Restinga Sêca. Quando se trata de Restinga Sêca, nota-se que a partir de 2005, começa a acessar maior volume de recursos, tendo um aumento significativo de 2007 para 2008.

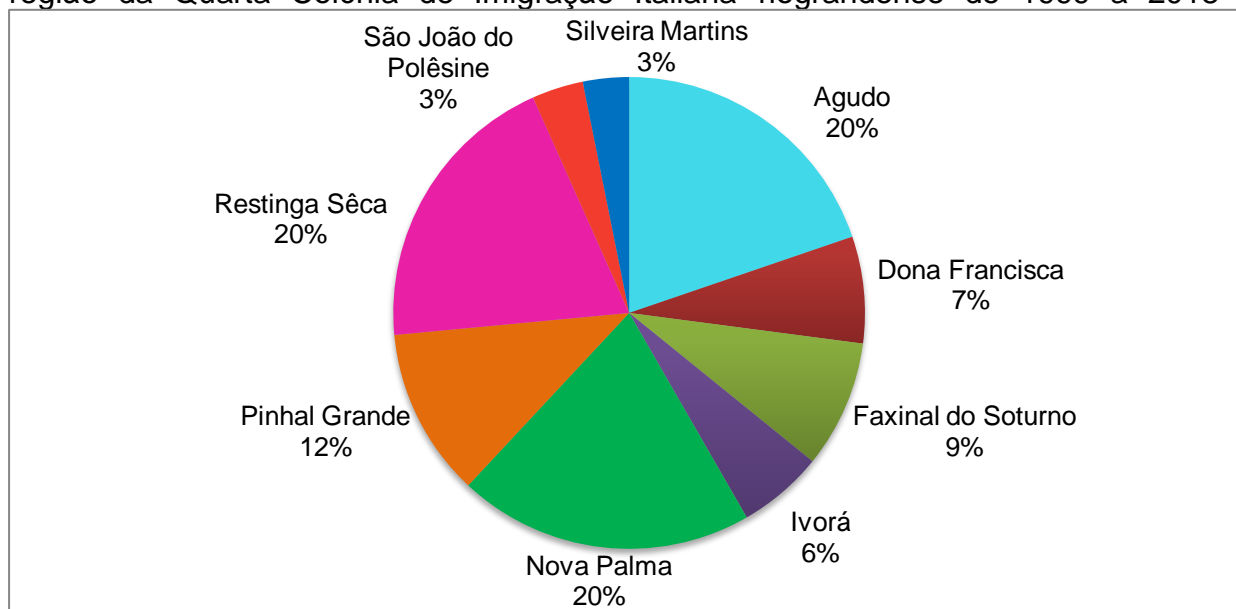
O motivo pelo qual os municípios de Restinga Sêca e Agudo serem os maiores tomadores de crédito, no período em estudo, pode ser explicado pelo fato de serem municípios com grande área territorial e grande concentração de estabelecimentos de agricultura familiar. Nova Palma, é o município com maior concentração de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, fato que pode ser explicado por ser o quarto maior em extensão territorial, com área que equivale a 314,613 km<sup>2</sup>, e é o quarto município, da Região, com maior concentração de estabelecimentos de agricultura familiar, totalizando 8,87% (IBGE, 2018; 2019).

Restinga Sêca, segundo município que mais acessou recursos no período, é o maior município da região com área de 968,620 km<sup>2</sup>, e o segundo que mais concentra estabelecimentos de agricultura familiar, totalizando 15,57% dos estabelecimentos da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Do mesmo modo, Agudo é o terceiro maior tomador de recursos do programa, isso pode ser explicado por ser o município da região que mais concentra estabelecimentos de agricultura familiar, totalizando 34,31% dos estabelecimentos de agricultura familiar existentes na região, além disso, é o segundo município com maior extensão territorial da Região, com área de 534,624 km<sup>2</sup> (IBGE, 2018; 2019).

A distribuição dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar se dá de forma desigual entre os municípios que formam a região,

ou seja, existe concentração de recursos em determinados municípios. Dessa forma, o Gráfico 4, a seguir, apresenta a distribuição dos recursos do programa entre os municípios que compõem a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, no período em estudo.

**Gráfico 4** - Montante de recursos distribuídos entre os municípios que compõem a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana riograndense de 1999 a 2018



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Central do Brasil (2019).

\*Valores corrigidos pelo IGP-DI para janeiro de 2020.

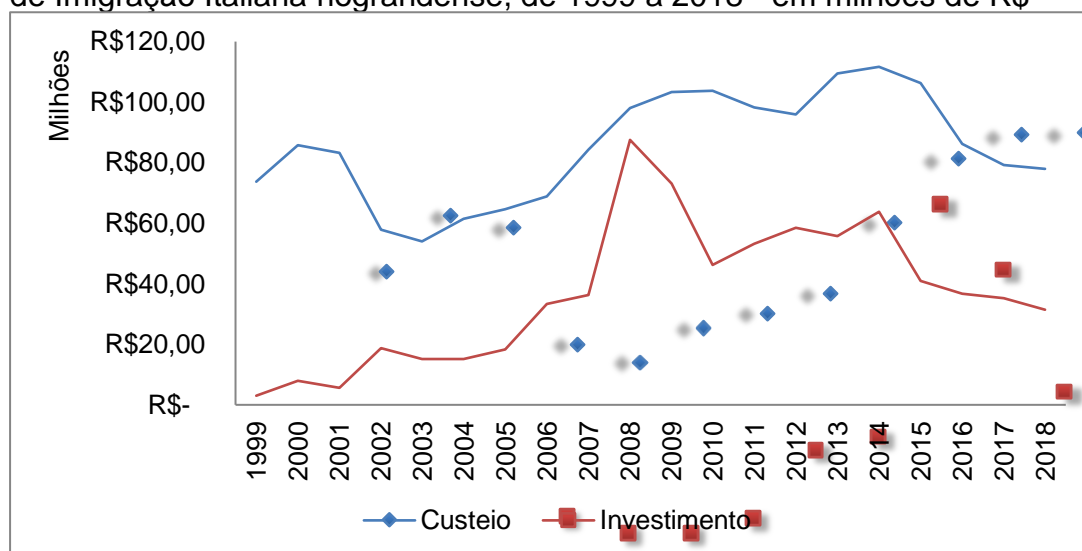
Como pode-se observar no Gráfico 4 existe desigualdade nos repasses realizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, entre os municípios que formam a Quarta Colônia de Imigração Italiana. No período em análise, que corresponde de 1999 a 2018, foram repassados o total de R\$ 2,4 bilhões distribuídos entre os nove municípios. Desse total a maior parte dos recursos foram para os municípios de Nova Palma, Restinga Sêca e Agudo.

Apesar do comportamento do crédito ter sido diferente ao longo dos anos nesses três municípios, o valor acessado foi semelhante. Nova Palma acessou R\$ 494 milhões, Restinga Sêca totalizou R\$ 483 milhões, e Agudo acessou o equivalente R\$ 482 milhões. Cada um destes municípios acessou o equivalente a 20% do total de recursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no período de 1999 a 2018.

Por outro lado, a baixa concentração de recursos nos municípios de Silveira Martins que acessou apenas R\$ 76,9 milhões, e São João do Polêsine, que acessou R\$ 85,9 milhões. Cada um destes municípios acessou o equivalente a 3% do total de recursos liberados no período. A baixa concentração de recursos nesses municípios pode ser explicada por serem municípios de pequeno porte, com poucos estabelecimentos de agricultura familiar. O município de Silveira Martins, menor tomador de recursos do programa, é o terceiro menor município da região quando se trata da área total, com 119,285 km<sup>2</sup>, além disso, possui uma baixa concentração de estabelecimentos de agricultura familiar, totalizando 5,89%. Em relação ao município de São João do Polêsine, o mesmo possui uma área de 78,320 km<sup>2</sup>, também, é o que concentra o menor número de estabelecimentos de agricultura familiar, apenas 2,70% do total da Região em estudo (IBGE, 2018; 2019).

Atinente ao destino dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar os agricultores familiares da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul estão utilizando o crédito para custeio, conforme pode ser observado no Gráfico 4. De acordo com Bianchini (2015), o crédito custeio é destinado para o financiamento das despesas relacionadas ao custo de produção de uma cultura ou criação, sendo assim, é destinado um valor por hectare, de acordo com a produtividade esperada e seguindo as regras do Plano Safra<sup>5</sup>.

**Gráfico 4-** Evolução das linhas de crédito custeio e investimento, na Quarta Colônia de Imigração Italiana riograndense, de 1999 a 2018 - em milhões de R\$



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Central do Brasil (2019).

\*Valores corrigidos pelo IGP-DI para janeiro de 2020.

Os agricultores familiares da Quarta Colônia de Imigração Italiana utilizam grande parte dos recursos acessados para a finalidade de custeio. No período de 1999 a 2018, 70% do montante foi destinado ao custeio, apenas 30% do valor acessado foi para investimento. No primeiro ano de análise, 1999, o crédito custeio foi de R\$ 73,6 milhões correspondendo 96%, do total de recursos naquele ano. O comportamento do crédito na Quarta Colônia de Imigração Italiana, neste ano, foi diferente do comportamento do programa a nível nacional, pois de acordo com Troian e Machado (2020), em 1999 o crédito custeio correspondia a 82,39% do total de recursos acessados pelos agricultores brasileiros.

O comportamento das linhas de crédito acessadas pelos agricultores familiares da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana é diferente do registrado na região nordeste do país. De acordo com Bianchini (2015), na região nordeste predomina-se os contratos de investimento, chegando a 95% em relação ao crédito custeio. Em se tratando da Quarta Colônia de Imigração Italiana o crédito investimento nunca chegou a ultrapassar o crédito custeio. A menor diferença entre as linhas de crédito foi em 2008, neste ano houve uma aproximação do crédito de investimento e custeio, em que 53% dos recursos foram destinados ao custeio e 47% ao investimento.

Além disso, em 2008 ocorreu um aumento significativo do crédito de investimento, chegando ao montante de R\$ 87,5 milhões, o que representou 40% a

<sup>5</sup> O Plano Safra auxilia agricultores a custear a safra e a investir. O plano é divulgado anualmente e reúne um conjunto de políticas nas áreas de assistência técnica e extensão rural, crédito, seguro da produção, preço, comercialização e organização econômica (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

mais em relação ao ano anterior. O aumento significativo do crédito de investimento pode ser explicado pelas políticas adotadas a nível nacional para enfrentar a crise de 2008, que tinham como objetivo de incentivar o crescimento da demanda doméstica através da expansão da oferta de alimentos básicos (MATTEI, 2014). Também, pode estar relacionado a criação, em 2008, da Linha Mais Alimento que ofertou melhores condições de crédito, tanto em questões como prazos de pagamento como também dos juros cobrados (GRISA, WESZ JR., BUCHWEITZ, 2014).

Após o ano de 2014, a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana passou a acessar cada vez menos recursos, tanto na linha de custeio quanto na linha de investimento. No último ano de análise, o acesso ao crédito custeio chegou ao patamar de R\$ 77,8 milhões, valor baixo quando comparado aos onze anos anteriores. Em relação ao acesso do crédito investimento, percebe-se que o mesmo também foi baixo, cerca de R\$ 31,3 milhões. A redução sinaliza um possível retrocesso da atuação do Pronaf na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, o que pode acarretar um retorno negativo ao agricultor familiar.

Visto que, com menos recurso sendo disponibilizado o agricultor pode ter dificuldade de preparar o solo, comprar sementes de qualidade, comprar os insumos necessários à cada cultivo, reduzindo, dessa forma, a produtividade. Ou seja, a partir do momento que agricultor familiar passa a ter menos recursos para investir dentro do estabelecimento agropecuário, a produtividade pode diminuir e conseqüentemente reduzir a renda da família e o desenvolvimento da região. Além disso, a redução dos recursos do Pronaf pode ser reflexo da seletividade do programa. Com o passar dos anos aumentou a burocracia dos agentes bancários em relação a viabilidade técnica dos projetos de financiamentos, isso acabou contribuindo para maior participação no Pronaf dos agricultores mais capitalizados, que tem mais acesso às informações (SOUZA; NIERDELE, 2021).

Apesar da variação negativa no acesso aos recursos ao longo dos últimos anos, reconhece-se a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para o desenvolvimento e ampliação da agricultura na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Porém, os resultados obtidos dão força à hipótese de que a crise econômica brasileira tem afetado diretamente a captação de recursos nesta região. Após a exposição dos dados e resultados, na próxima seção, serão apresentadas as considerações finais realizadas em relação à problemática proposta pelo presente estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a discussão sobre a oferta do crédito disponibilizado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o presente estudo teve como propósito analisar a distribuição dos recursos do programa, na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, no período de 1999 a 2018. Para tal, o estudo realizou-se através de pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários, obtidos via sítio oficial do Banco Central do Brasil.

Como principais resultados apontam-se a concentração de recursos nos municípios de Nova Palma, Restinga Sêca e Agudo, municípios estes que apresentam o maior número de agricultores familiares. Além disso, a maior parte do crédito, acessado pelos agricultores familiares da região está sendo usado para custeio, seguindo um comportamento semelhante quando comparado a nível nacional.



Nota-se também uma redução do crédito a partir de 2014. A redução do crédito pode ser explicada pela crise que viria começar no país e ganhou força posteriormente. Diante disso, verifica-se que o comportamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, no Rio Grande do Sul, reage as mudanças econômicas que ocorrem no país, e que tem um movimento semelhante do programa a nível nacional.

A redução no crédito pode acarretar maior dificuldade do agricultor familiar se manter na atividade, visto que eles vinham de um período com relativa oferta de crédito, ou seja, já estavam acostumados a planejar a safra com base em determinado montante de recursos. Dessa forma, quando ocorre redução no volume de crédito disponibilizado pelo programa, o agricultor familiar se sente inseguro em planejar a futura safra e também investir em maquinários e infraestrutura dentro do estabelecimento agropecuário.

Além disso, a redução do crédito pode fazer com que o programa se torne ainda mais seletivo, mantendo como beneficiários os agricultores consolidados, excluindo os agricultores familiares que acessam valores baixos de crédito, ou então dificultando a entrada de novos beneficiários, principalmente agricultores familiares com renda baixa. Ainda, vale ressaltar que os agricultores consolidados tendem a ser os produtores de *commodities*, os quais vem fortalecendo a seletividade do programa por estarem diretamente integrados ao mercado e apresentarem garantias de pagamento, especialmente, em um contexto socioeconômico de vulnerabilidade social, economia e política. Sendo assim, o programa pode estar priorizando o financiamento de determinadas culturas e atividades, principalmente aquelas financiadas em grande volume, o que conseqüentemente não contribuiria para a expansão e fomento da diversidade da agricultura familiar da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Portanto, diante do cenário atual, é necessário que ações sejam adotadas para desburocratizar a seletividade do programa e oportunizar aos agricultores familiares menos capitalizados a produção e diversificação de alimentos. Ou seja, o programa precisa resgatar o seu propósito de fortalecer e não selecionar amparado em uma política de abastecimento alimentar doméstico sem desconsiderar mercados consumidores externos. Vale ressaltar que, com os resultados encontrados no estudo pode-se verificar que os efeitos das políticas macroeconômicas brasileiras têm refletido na região em questão. A crise política e econômica brasileira, pós 2015, afetou diretamente a distribuição de crédito na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, isso evidencia que, quando se trata de políticas públicas, em especial o Pronaf, as ações e decisões tomadas pelos gestores impactam diretamente os seus usuários, no caso os agricultores familiares. Por isso, é importante que as ações e formulação de melhoria do programa sejam pensadas e definidas em conjunto com todas as partes envolvidas, e que não seja de “cima para baixo”. Pois, uma reformulação do programa de forma equivocada pode colocar em risco uma conquista considerada histórica para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura familiar, o Pronaf.

Por fim, salienta-se a necessidade e o interesse em estudos futuros sobre a temática. Visa-se conhecer as motivações e as percepções dos usuários e como elas podem influenciar na distribuição dos recursos do programa entre os municípios que formam a região. Para isso, visa-se a realização de pesquisas qualitativas, com coleta de dados primários, entrevistando agricultores familiares e agentes de desenvolvimento local, para entender a dinâmica do programa expressa nos dados secundários analisados.

## REFERÊNCIAS

ABAF. **Anuário Brasileiro de Agricultura Familiar**, 2019. Editora: Bota Amarela, 2019. *Online*. Disponível em: < [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/edicao-dccb1c3a558c50d389c24d69a9856730.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/edicao-dccb1c3a558c50d389c24d69a9856730.pdf) > Acesso, 15 de janeiro de 2020.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C (Org.); SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. (Des) Caminhos da Política de Crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: **Anais ...I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade**, Natal, 2010.

ARAUJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016**. Texto para Discussão (IPEA), v. 2412, p. 7-52, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Glossário. **IGP-DI**. Brasília: Bacen, 2020. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/glossario.asp?Definicao=999&idioma=P&idpai=GLOSSARIO>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estabilidade financeira. Supervisão. **Crédito rural**. Brasília: Bacen, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

BARROS, G.S.C. Política Agrícola no Brasil: subsídios e investimentos. In: GASQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. IPEA: Brasília, 2010.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF**, 1995-2015: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

CASTRO, P. R. V. Do estado ao mercado: a trajetória do crédito rural brasileiro e as diversas fontes de financiamento, período colonial ao século XXI. **Revista Técnica do Instituto de Economia Agrícola (IEA)**, São Paulo, v.47, n.3, p. 40-49, jul./set., 2017.

COELHO, C. N. 70 Anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, (Edição especial), v. 10, n.3, jul./set. 2001.

DEL GROSSI, M. E. **Políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar no Mercosul ampliado: o caso do Brasil.** Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado; CONTAG. Março, 2019.

FERNANDES, A. G.; FELIN, E.T.; MARCHESAN, J. Agroindústrias familiares da Quarta Colônia: trabalho e tradição. **Revista Latino Americana de História**, São Leopoldo, v.1, n.3, p.249-260, mar. 2012.

FIGUEIREDO, L. C. Quarta Colônia de imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul: Os sítios históricos na construção do patrimônio e da paisagem cultural. **Revista RA'EGA**, Curitiba, v.31, p.147-183, ago. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; WESZ JR., V.J.; BUCHWEITZ, V.D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.52, n. 2, 2014.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun.2007.

GUIMARAES, G. M. **Racionalidades identitárias na produção e comercialização de alimentos coloniais na Quarta Colônia-RS.** 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017.** Disponível em < <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>> Acesso em: 05 de fevereiro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades.** 2018. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: fev, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do Censo Populacional, 2010.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=microdados> > acesso em: 16 jan 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios.** 2017. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pi-b-por-municipio&c=4320651> > Acesso em: 12 de fev. 2020.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** Porto Alegre: Bookman, 2001

MANFIO, V. A Quarta Colônia de imigração italiana: uma paisagem cultural na Região central do Rio Grande do Sul. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, RS, v. 16, n. 2, maio/ago. 2012.

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS: uma abordagem sobre a cultura e identidade. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 32 n, 65, p. 260-173, 2017.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L. Território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise sobre a Serra Gaúcha e a Quarta Colônia. **Revista GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo. v.23, n.1, p.144-162, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. – 6. reimpr. São Paulo: Atlas: 2011.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília (DF): MDA, 2006.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MATTEI, L. Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes**, Paraíba, v. 35, p. 01-15, 2015.

MCR, **Manual do Crédito Rural**, 2019. Disponível em: <  
<https://www3.bcb.gov.br/mcr>>acesso em: 15 de janeiro de 2020

MIELITZ NETO, C. G. A.; MELO, L.M. DE.; MAIA, C. M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**, SEAD/ UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. Brasília, DF, 2019. Disponível em:  
< <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/dap>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

OLIVEIRA, J. et al. Agricultura familiar e crédito rural: análise das liberações dos recursos do PRONAF no estado da Bahia no período de 2003-2012. In: **Anais... XI Encontro de Economia Baiana**, Salvador, Bahia, de 17 a 18 de setembro de 2015.

PAZUCH, G. Imigração Italiana na Colônia de Silveira Martins-RS: Deslocamentos, redes familiares e relações de poder (1877-1920). In: **Anais... 30º Simpósio Nacional de História-História e o futuro da educação no Brasil**, Recife: Associação Nacional de História- ANPUH- Brasil, de 15 a 19 de julho de 2019.

PICCIN, E. **O Código Cultural Religião Como Uma das Manifestações da Identidade Cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHULTZ, C.; AHLERT, A. O PRONAF como política pública de apoio à agricultura familiar: um estudo de caso do município de Maripá- PR. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**. UNIOESTE/MCR, v. 16, n.30, p.77-94, 2016.

SOUZA, D. N.; NIERDELE, P. A. Pronaf e inclusão produtiva dos agricultores familiares: estudo de caso no estado de Tocantins. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 378-397.

TOLEDO, E. N. B.; ZONIN, V. J. O PRONAF: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, PR, v. 30, p. 141-162, 2020.

TROIAN, A.; MACHADO, E.T.L. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil Análise da Evolução e Distribuição Entre 1999 e 2017. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n.50, p. 109-128, jan./mar. 2020.

WESZ JUNIOR, V. J. O PRONAF PÓS-2014: Intensificando a sua seletividade. **Revista Grifos**, Chapecó, PR, v. 30, p. 89-113, 2020.